

António Manuel Hespanha

Um ensino empreendedor do direito

Não gosto da palavra “empreendedor”. Ganhou um jeito de chavão, quando não de isco (como aqui ...). Mas gosto da ideia: tomar a iniciativa, inovar, quebrar rotina e senso comum. Por isso a utilizo no título, para descrever o ensino que proponho para as Escolas de Direito.

Vivemos hoje a ameaça de perder muito significativamente a diversidade de pensar a vida. Mais ainda, porventura, do que perder a biodiversidade. O impacto dos *mass media* sobre o nosso modo de pensar é devastador. Pierre Bourdieu (<http://www.youtube.com/watch?v=4eNjkkOxaYo>) e Noam Chomsky (<http://www.youtube.com/watch?v=KYlyb1Bx9Ic>) descreveram, magistralmente, o impacto dos *media* sobre o senso comum, destruindo os lugares de ideias alternativas – desde os grupos subaltern(izad)os até às pessoas insubmissas.

A Escola tem sido acusada de ser um factor de massificação das ideias. As Faculdades de Direito ainda mais. Mas podem ser exactamente o contrário. Se promoverem um ensino empreendedor. Aqui, “empreendedor” não significa tomar a rentabilidade económica como finalidade em si, reduzir o direito a mais uma categoria de *business*, pôr os juristas na cohorte dos CEOs, e, por fim, ensinar aos estudantes como conseguir isso.

Um ensino empreendedor do direito é o que começa por rejeitar o que está rotineiramente estabelecido, só o aceitando quando a sua consistência for positivamente provada. Nem vale muito a pena estar a discutir com a tradição, quando ela parece obsoleta ou insensata. Isso transforma-se, as mais das vezes, num combate desgastante. O melhor mesmo é partir logo da nossa convicção inovadora e tentar fundamentá-la com o máximo rigor. É assim que se pensa e constrói a novidade, também nos outros saberes, ou na inovação tecnológica e económica.

A mais frustrante experiência de ensino, nas nossas Escolas de Direito, é dar-mo-nos conta de como os estudantes – mesmo os mais novos, que ainda mal entraram neste mundo – resistem a propostas novas e a desamarrear-se do que é tradicional ... quando ainda nem têm grandes razões para distinguir o novo do velho. Não se trata de mistério algum, nem de um apelo íntimo das verdades antigas. Trata-se, apenas, de que o direito que normalmente se lhes ensina faz parte da visão estabelecida do mundo, que já molda as suas cabeças. Aprender de forma nova um direito novo é penoso e angustia.

O mundo jurídico de hoje vive mudanças radicais – quanto ao papel do Estado e da lei na regulação social, quanto à compatibilização entre direito e vontade popular e quanto às relações entre direito e vida. Isto já se adivinhava de há muito. Mas, de cabeça na areia, a teoria do direito foi deixando sobreviver métodos, conceitos, formulações tradicionais. Também ela – embora com a catástrofe à vista – não assinou nem Quioto, nem Copenhaga. Ignora os sinais e vai direita ao abismo.

Um jurista empreendedor tem de se habituar a tomar o que está juridicamente estabelecido como provavelmente falacioso, ligado a ideias ultrapassadas da vida e do papel do direito nela. E escolher um empreendedorismo jurídico que lhe abra as oportunidades de responder adequadamente às questões dos nossos dias.